The background of the cover features a repeating pattern of white hammer and sickle symbols, a common emblem of the Communist Party of Brazil (PCdoB). These symbols are set against a dark grey, textured background. Interspersed with the symbols are large, white, semi-transparent geometric shapes, including triangles and circles, which create a dynamic, abstract composition.

*Conferência Regional
Extraordinária
do PCdoB - RN*

Caderno de Teses

Camareadas

BALANÇO DA ATIVIDADE E DIRETRIZES DE TRABALHO

Natal (RN), maio, 0 de 1998.

A Comissão Executiva Estadual

Março de 1998

| | |
|----------------------------|----|
| APRESENTAÇÃO | 3 |
| POLÍTICA | 5 |
| PROJETO ELEITORAL | 9 |
| ORGANIZAÇÃO | 13 |
| FINANÇAS E INFRA-ESTRUTURA | 17 |
| AGITAÇÃO E PROPAGANDA | 19 |
| FORMAÇÃO | 23 |
| FRENTE SINDICAL | 25 |
| FRENTES DE MASSAS | |
| a) MULHERES | 27 |
| b) JUVENTUDE | 29 |
| REDE DA CIDADANIA | 33 |
| ANEXOS | 37 |

APRESENTAÇÃO

Camaradas

A realização de nossa Conferência Estadual, ensejada pelo encaminhamento local do 9º congresso, ano passado, acentuou uma necessidade: a de aprofundarmos o debate sobre a justeza da orientação política e das diretrizes organizativas implementadas pelo Partido no Rio Grande do Norte, ao longo dos últimos dois anos.

Nesse sentido, pensamos que a concretização de um novo esforço de mobilização e discussão, realizado de forma ágil e objetiva, poderá nos ser de grande valia. Em nossa mira, a correção de aspectos deficientes de nossa atuação e a retomada de uma trajetória ascendente.

Para sermos objetivos, precisaremos fugir da superficialidade. No calor das discussões, identificar erros e insuficiências deverá ser apenas um primeiro passo. Investigar as verdadeiras causas dos nossos problemas e, sobretudo, apresentar propostas que conduzam à ampliação da expressão de massas de nosso partido, bem como de seu funcionamento regular, devem ser nossas principais preocupações.

Para orientar essa discussão, a Comissão Política Estadual elaborou um documento-guia, de sentido crítico e autocrítico. Nele, procurou-se apontar os eixos para o trabalho partidário no período vindouro, a partir do resgate e da avaliação da implementação das principais deliberações tomadas na última Conferência Regional Extraordinária, realizada em março de 1995.

No decorrer dos debates, esperamos contar com o esforço crítico e com a capacidade de elaboração de cada militante. No período posterior, com o indispensável compromisso, tendo em vista levar à prática o conjunto de deliberações tomadas.

**Natal (RN), março de 1998.
A Comissão Política Estadual**

SOBRE A ORIENTAÇÃO POLÍTICA

Em 1995, decorridos pouco mais de dois meses de governo FHC, as principais resoluções políticas aprovadas na Conferência Regional Extraordinária de Organização, realizada em março daquele ano, apontavam para a necessidade de organizarmos a luta de resistência contra a implementação do projeto neoliberal. Assim, como eixo político central de nossa atuação, deveríamos buscar a articulação de uma “ampla frente política estadual, com bases municipais”, contra as “reformas constitucionais, a política de privatizações e os ataques aos direitos trabalhistas”.

A Conferência Extraordinária de 95 também destacava que, no curso daquelas batalhas políticas gerais, precisaríamos “abrir a perspectiva de abordagem do centro tático de nossas lutas, em 1996”, envidando esforços para “aproximar e unificar os setores democráticos e progressistas da sociedade norte-rio-grandense”. Em âmbito interno, conseqüente com essa orientação, aquela instância indicava, ainda, a necessidade de “deflagração imediata de um processo interno de discussão”, visando a “escolha de candidaturas partidárias e a formação de coligações aos pleitos municipais”, que se realizariam no ano seguinte.

AVALIAÇÃO

1. No Rio Grande do Norte, nos últimos três anos, a luta contra o projeto neoliberal não conseguiu romper as amarras do corporativismo. As poucas mobilizações, deflagradas, não por acaso, por trabalhadores do setor público e de empresas estatais, não conseguiram polarizar novos segmentos nem ganhar volume expressivo.

2. A ilusão de estabilidade - alimentada pela redução dos índices inflacionários - e os equívocos de orientação política, especialmente nas direções nacional e estadual da Central Única dos Trabalhadores, contribuíram para o momentâneo entorpecimento do movimento sindical e de massas, com o conseqüente refluxo de suas mobilizações.

3. O movimento estudantil, tanto o universitário quanto o secundarista, também não conseguiram cumprir papel avançado. Sem perspectivas políticas claras, carente de representatividade nas bases e de novas lideranças, as entidades locais findaram por restringir o seu campo de atuação às lutas de caráter específico.

4. No período 1995/98, apenas as mobilizações de trabalhadores rurais sem-terra, em torno da abrangente bandeira da reforma agrária, conseguiram jogar papel aglutinador. Dessa maneira, podemos afirmar que o movimento popular padeceu de grave dispersão, carente de uma orientação política ampla e unificadora.

5. Entre as classes dominantes locais, o chamado "Plano Real" recebeu constantes aplausos. A aparente estabilidade econômica, ainda que obtida às custas do patrimônio da nação e do agravamento das condições de vida do povo, foi sempre vista e exaltada com simpatia pelas principais lideranças empresariais do Estado.

6. Apesar de sua ampla aprovação pelas elites, a implementação do Plano Real gerou contradições em alguns segmentos. No setor primário, tanto a produção agrícola voltada para o mercado interno, quanto a extração do sal, entraram em declínio, sofrendo as conseqüências da concorrência com os produtos estrangeiros.

7. Também no setor de transformação, o mais débil, a abertura comercial produziu estragos. O parque têxtil - o de maior expressão, teve que competir com os produtos originários da Ásia e findou assistindo ao fechamento de várias fábricas, que levaram o desemprego de milhares de trabalhadores.

8. No comércio, a chegada das grandes redes nacionais (e internacionais) levou alguns tradicionais estabelecimentos locais a encerrarem suas atividades. As elevadas taxas de juros praticadas pelo sistema financeiro, aliadas à carência de recursos, especialmente para a formação de capital de giro, impuseram condições de competição extremamente desiguais.

9. Mesmo em processo de agudização, tais contradições não foram suficientes para gerar ameaças de ruptura no interior dos grupos dominantes locais. Deslocamentos sensíveis, com reflexos no quadro da correlação de forças políticas, foram motivados exclusivamente por interesses pessoais ou de grupos, com fins meramente eleitorais.

10. Para a ampla maioria dos segmentos empresariais sediados no Estado, as principais deficiências do "Plano Real" continuam relacionadas com a lentidão de sua implementação, e, não, propriamente, com a sua lógica. Por essa razão, na atualidade, desencadeiam uma ofensiva de maior peso, em defesa das reformas administrativa, tributária e da previdência.

11. Na esfera político-institucional, os resultados do pleito eleitoral de 1996 permitiram um tímido crescimento das forças de esquerda. Nos principais centros urbanos do Estado, sua votação cresceu e o número de mandatos de base popular foi ampliado.

DIRETRIZES POLÍTICAS

1. O neoliberalismo, nova estratégia de acumulação do capitalismo ante o aguçamento de sua crise, precisa ser melhor compreendido pelas massas trabalhadoras. O combate às manifestações de corporativismo no movimento sindical é elemento central para a retomada de amplas mobilizações, que devem ser estimuladas a partir da politização das lutas de massas.

2. Nas circunstâncias atuais, podemos afirmar que a construção de uma “ampla frente política estadual”, em oposição ao projeto neoliberal, é tarefa que dependerá, fundamentalmente, da capacidade de unificação das forças populares. Sem uma forte oposição popular, será pouco provável “rachar” o bloco dominante para tirar proveito de eventuais contradições.

3. A construção de uma ampla frente política de oposição ao neoliberalismo, no RN, exige maior empenho na defesa da unidade de ação das forças populares e maior e mais permanente articulação com os segmentos democráticos e progressistas de nossa sociedade. CUT, MST, FETARN, APES, DCE's, UMES, Movimentos de Mulheres, OAB e setores progressistas da Igreja, somados aos partidos de esquerda, formam o núcleo principal, a partir do qual essa Frente poderá ser guiada.

4. Ampliar e aprofundar o conhecimento das características do desenvolvimento econômico, político e social do Estado, é tarefa permanente dos comunistas. Nossas possibilidades de interferência efetiva e eficaz, no quadro local da correlação de forças, estão intimamente associadas ao grau de domínio da realidade em que atuamos.

5. Os reflexos da implementação do projeto neoliberal, no RN, merecem ser acompanhados com grande atenção e cuidado. Além das conseqüências na esfera social, interessa-nos investigar as particularidades, as eventuais contradições geradas nos diferentes setores produtivos, em decorrência da aplicação desse modelo.

6. Os mandatos conquistados pelo Partido, nas eleições de 1996, propiciaram condições mais amplas ao desenvolvimento do trabalho político

de massas. Nesse terreno, portanto, nossas ações precisam integrar uma única estratégia, sintonizada com objetivos e metas relacionadas com a construção do partido, a defesa da verdadeira unidade popular, e com a construção da frente ampla, em nosso Estado.

7. A batalha política e eleitoral de 1998 colocará, no centro das discussões, alternativas distintas de desenvolvimento para o País. Os comunistas, conscientes da importância desse embate, devem ir já se preparando, a exemplo de 95, fixando sua estratégia e tática eleitoral.

O PROJETO ELEITORAL

SITUAÇÃO ATUAL

1. Na história de nosso país, os embates eleitorais sempre se caracterizaram por estarem associados a períodos de grande turbulência política. E, isso, não ocorre sem razão. No cenário latino-americano, o Brasil sempre ocupou posição de destaque. Na atualidade, constitui o maior mercado da região, integrado por mais de cem milhões de indivíduos. Os destinos políticos de uma nação com esse porte, naturalmente, interessam de perto aos oligopólios internacionais.

2. A batalha eleitoral de 98 não deve fugir a essa regra. Além de representar o primeiro grande embate político nacional após a aprovação da emenda da reeleição, o pleito coloca em disputa uma significativa parcela do poder. Ao lado de FHC, a maioria dos atuais governadores deverá buscar sua própria reeleição, encampando as propostas do capital estrangeiro, de manutenção da política neoliberal.

3. No pólo oposto, as forças democráticas, patrióticas e populares procuram se aglutinar. Cabe aos opositores forjarem a unidade necessária para derrotar FHC e denunciar a dramática situação a que o País está sendo levado.

4. No Rio Grande do Norte, o quadro das candidaturas majoritárias ainda não está completamente definido. Na falsa "Unidade Popular" – coligação originalmente integrada pelo PMDB, PPB e pelo PSDB – o PMDB, que abriga a oligarquia "Alves", manifesta-se em favor da reeleição do Governador, Garibaldi Alves (PMDB), e de seu Vice, Fernando Freire (PPB). Já para o Senado, esse partido indica a candidatura do empresário Fernando Bezerra (PMDB).

5. Candidato à "reeleição", Fernando Bezerra nunca se submeteu ao voto popular, apesar de ocupar uma cadeira no Senado. O atual presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI, ocupou essa condição unicamente pelo fato de ter sido suplente do atual governador, quando este elegeu-se Senador, no pleito de 1990, e já faz campanha aberta nos meios de comunicação de massa.

6. Para pavimentar a estrada de sua reeleição, o Governador Garibaldi Filho conta com importante fluxo de caixa adquirido com a venda

da estatal do setor energético - a COSERN. Garibaldi também se empenha na defesa da reeleição de FHC, sendo um dos governadores peemedebistas que fez questão de hipotecar-lhe apoio, assinando manifesto adesista e fisiológico, e votando na Convenção de seu partido contra a tese da candidatura própria.

7. No período mais recente, a chamada “Unidade Popular” tem enfrentado problemas. A revoada dos tucanos, liderados pelo Senador e ex-governador Geraldo Melo, reduziu o potencial eleitoral da coligação. Os recursos em mãos do governo, todavia, têm feito com que um crescente número de prefeitos e vereadores, em todo o Estado, adira à tese da reeleição.

8. Na pretensa “Vontade de Povo”, coligação capitaneada pelo PFL, cujo candidato a governador é o Senador José Agripino, a chegada dos tucanos terminou provocando a superlotação do ninho liberal. Além do PSDB e do PFL, também o PSB e o PL disputam indicações na chapa majoritária. A situação é desconfortável. Paralelamente à complicada acomodação de forças, o grupo tem perdido vários apoiadores (prefeitos, vices, vereadores e lideranças) para a coligação governista, principalmente no interior do Estado.

9. No campo democrático e popular, a situação é marcada por dificuldades. A oposição aos governos federal e estadual tem se limitado basicamente ao corporativismo sindical. Em nível institucional, a representação oposicionista é reduzida, contando apenas com dois parlamentares na Assembléia Legislativa.

10. Entre os partidos que se propõem constituir a Frente Popular (PCdoB, PT e PDT) em nosso Estado, não existe, até agora, indicação de nomes com suficiente densidade eleitoral para preencher os cargos de Governador e Vice. Tal fato, ocorre mesmo depois de uma grande polarização envolvendo candidaturas de esquerda, nas últimas eleições.

11. O leque de alianças também se encontra indefinido. PCdoB e PDT estão convencidos da necessidade de construção de uma frente ampla, partindo do núcleo de esquerda. Por conseqüência, defendem a extensão das articulações políticas ao campo democrático, além de um tratamento diferenciado para o PSB.

12. No Rio Grande do Norte, a persistir o quadro atual, as possibilidades de êxito da candidatura presidencial de Lula e de derrota do

projeto neoliberal ficam comprometidas. A subordinação do projeto nacional aos projetos estaduais - influenciados por interesses individuais ou de grupos - poderá levar essas forças até mesmo a um mal desempenho nas eleições proporcionais.

DIRETRIZES PARA O PROJETO ELEITORAL

1. O PCdoB deve tomar a dianteira do processo de articulação política no interior da coligação de esquerda, tendo em vista oferecer à sociedade norte-rio-grandense uma chapa eleitoral competitiva. O Partido quer construir uma real alternativa de desenvolvimento, baseado na ampliação da democracia e orientado para o rumo do progresso e da justiça social.

2. Para construir uma chapa eleitoral com tais características, e que também seja capaz de barrar, em nosso Estado, o projeto de reeleição de FHC, o PCdoB potiguar deve buscar a ampliação do atual espectro de forças políticas e sociais reunidas em torno da coligação de esquerda.

3. Com o propósito de ampliar a potencialidade eleitoral das forças anti-neoliberais, o PCdoB norte-rio-grandense reivindica participação na chapa majoritária, pleiteando a vaga de candidatura ao Senado. Para tanto, oferece o nome do vereador natalense Juliano Siqueira.

4. Conforme orientação já traçada, as metas partidárias nacionais a serem perseguidas neste pleito são: a) bancada de 15 Deputados Federais; b) bancada de 15 a 20 Deputados Estaduais; c) transposição da cláusula de barreira, fixada em 1% do eleitorado, exigida para que o Partido tenha respeitadas as suas prerrogativas de funcionamento.

5. Em âmbito estadual, ao nível da eleição proporcional, nossos objetivos gerais no pleito são: a) Contribuir para a eleição de uma grande bancada popular e democrática na Assembléia Legislativa, assegurando presença à representação comunista; b) Contribuir com a eleição de um candidato a Deputado Federal egresso da Frente Popular; c) Nesta disputa, conquistar pelo menos 1% da votação nominal e de legenda para a agremiação comunista; d) Sintonizar nosso projeto atual com o pleito municipal de 2.000.

6. Ainda com relação à eleição proporcional, tendo em vista a concretização dos objetivos listados acima, o PCdoB norte-rio-grandense ratifica as seguintes resoluções: a) Considerar a candidatura de Deputado Estadual, dentre as demais, no pleito proporcional, prioridade partidária;

b) Lançar um único candidato a Deputado Estadual; c) Indicar, para essa tarefa, o camarada George Câmara, Presidente do Sindicato dos Petroleiros e candidato a Vice-Prefeito de Natal nas eleições de 96;

7. Com relação à eleição para Deputado Federal, considerando resoluções anteriores do Comitê Estadual, a Conferência Extraordinária delibera por: a) lançar três candidatos, fixando as seguintes regiões como respectivas bases eleitorais: Seridó; Oeste; Natal e demais; b) aprovar a candidatura Canindé de França, pela região do Seridó; c) indicar os camaradas Márcio Dias e Neto Vale como pré-candidatos a Deputado Federal pela região Oeste; d) indicar Eveline Guerra, Vital Nogueira e Geraldo Assunção como pré-candidatos, com base nas demais regiões do Estado;

8. Considerando o curto prazo que nos separa da data da eleição, a Conferência Extraordinária recomenda que o Comitê Estadual elabore e aprecie, em caráter de urgência, um Plano Geral de Campanha.

A POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO

No terreno organizativo, as principais resoluções aprovadas na Conferência Regional Extraordinária de 1995 tiveram por objetivo ampliar a democracia interna, combater métodos equivocados de direção e orientar o processo de construção e crescimento partidário.

Nesse sentido, para assegurar efetiva participação dos militantes na vida do partido, a conferência deliberou pela necessidade de realização, com maior frequência, de reuniões dos plenos de todos os organismos, em contraposição à tendência de centralização do debate e das decisões, em torno de alguns dirigentes, ou órgãos partidários. Também foi destacada a importância da promoção mais constante de eventos amplos, de caráter aberto, tais como seminários, palestras e fóruns de discussão, buscando recolher opiniões de amigos e de simpatizantes.

Os desvios nos métodos de direção, marcadamente o mandonismo, o espontaneísmo e o burocratismo, foram considerados práticas estranhas à organização partidária e fatores de retardamento em seu processo de construção. Diagnosticados como insuficiência de capacidade política para a persuasão e o convencimento; subestimação da importância do planejamento e distanciamento da vida partidária - especialmente das bases - as resoluções aprovadas aconselharam o reforçamento da direção coletiva, o esforço sistemático de planejamento e a necessidade de aprofundamento da discussão político-ideológica, em todos os organismos.

Já com relação às questões pertinentes à construção do Partido, a Conferência realizou um balanço retrospectivo, constatando a predominância de um tipo de crescimento com características extensivas. Um crescimento horizontal da estrutura partidária.

Sem perder de vista a importância da implantação partidária nos principais pólos econômico-demográficos do Estado, os comunistas, naquela oportunidade, concluíram pela necessidade de maior verticalização de nossa estrutura, dando, ao crescimento partidário, um caráter mais intensivo.

AVALIAÇÃO

1. Nos últimos dois anos, inegavelmente o partido cresceu. Em 1995, quando da realização da Conferência Extraordinária, tínhamos presença em 36 municípios. Há pouco, tendo em vista a discussão das Teses ao 9º Congresso, conseguimos realizar 42 Conferências Municipais. Na capital, reunimos 12 assembléias de base; em 95, havíamos reunido apenas nove. Também no interior, a estrutura celular começa a chegar. Em 97, pela

primeira vez, Caicó realizou assembleias de base. E, em Mossoró, o Partido retoma esse tipo de organização.

2. Apesar das orientações aprovadas em 95 e dos pequenos êxitos registrados, o tipo de crescimento experimentado no período focado ainda foi preponderantemente extensivo. Na capital, poucas são as bases que reúnem mais de uma dezena de militantes. E, no interior, com raríssimas exceções, o crescimento partidário ainda foi resultante da implantação em novos municípios.

3. No passado, esse tipo de crescimento cumpriu um importante papel. No período em que realizávamos as campanhas massivas de filiação, também com o propósito de assegurarmos a legalização e a manutenção do registro partidário, esse esforço correspondia amplamente às exigências da luta política, permitindo-nos, inclusive nacionalmente, participar plenamente das batalhas eleitorais que se sucederam.

4. Nos dias de hoje, entretanto, a predominância de um crescimento de características extensivas, agravado por seus traços espontâneos, não se adequa mais as nossas necessidades. A presença partidária pulverizada, que não leva em conta onde e como necessitamos estar organizados, consome relativamente mais esforços e recursos, do que apresenta dividendos políticos.

5. Também nessa área, a ausência de planejamento reflete a persistência de práticas espontaneístas. No âmbito da direção regional, elas foram razoavelmente reduzidas, principalmente durante o período da campanha eleitoral. Contudo, e a experiência o demonstra, fora dos períodos de campanha, os militantes continuam atuando de forma dispersa, desarticulada, sem objetivos partidários claramente definidos e metas a alcançar.

6. Debilidades no funcionamento das direções de nível intermediário, no interior, e ao nível das bases, na capital, são importantes fatores de retardamento do crescimento partidário. Sem ampla distribuição de responsabilidades, não há como o Comitê Estadual implementar adequadamente seus planos, avaliar periodicamente sua execução, eventualmente realizar ajustes e, conseqüentemente, acumular experiência.

7. Outro reflexo negativo das debilidades no funcionamento de direções de nível intermediário e de base é a tendência à centralização excessiva de demandas nas mãos da Direção Estadual. A incapacidade

objetiva para o cumprimento desse papel gera insatisfações crescentes na base militante que, por um caminho errado, tem buscado solução para esses problemas.

8. Os riscos daí decorrentes, podem ser o desgaste e o esvaziamento da autoridade do Comitê Estadual e a generalização do sentimento de insuficiência e de incapacidade dos fóruns destinados à discussão democrática dos temas partidários. O mandonismo, desvio identificado na última conferência, tem que ser avaliado também sob esse prisma, sem o que, não poderá ser adequadamente combatido.

DIRETRIZES PARA A POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO

1. Além de eleger o secretário político - responsável pela prestação de contas da atividade do organismo junto aos órgãos superiores, é indispensável que as assembleias de base e conferências municipais, realizadas no transcurso desta Conferência Extraordinária, indiquem camaradas que se responsabilizem por algumas tarefas das frentes de organização e de agitação e propaganda.

2. Para toda a estrutura partidária, o passo imediatamente posterior à realização da Conferência deverá ser o planejamento das atividades para o ano em curso, tendo em conta que a Campanha Eleitoral é a nossa principal batalha política imediata.

3. A implantação de uma instância intermediária de direção em Natal é necessidade inadiável. O número atual de bases em funcionamento, somadas às potencialmente existentes, implica em maiores e mais permanentes esforços de acompanhamento e de assistência e, por isso, a tarefa não deve mais permanecer unicamente nas mãos da Comissão Política e, principalmente, de seu secretariado.

4. Em oposição, a existência de 42 municípios com presença partidária organizada, no interior, exige a presença mais efetiva do Comitê Estadual e de sua Comissão Política. O trabalho de acompanhamento e de assistência visando o fortalecimento desses Comitês, contudo, deve ser feito a partir do fortalecimento dos pólos partidários, situados nas micro-regiões integradas por municípios com características geográficas, econômicas e culturais assemelhadas.

5. O Comitê Estadual, por intermédio do coletivo de secretários de organização, deve elaborar uma proposta de política de construção

permanente do PCdoB, no RN, obedecendo a diretriz: “crescer não apenas onde se pode, mas fundamentalmente onde se deve”. Em cada ação política de caráter amplo, englobando o conjunto da militância - tal como as campanhas eleitorais - devem ser fixadas metas de crescimento partidário e de incorporação de militantes.

6. O Comitê Estadual, apoiado no coletivo dos secretários de organização e na ação dos Comitês Municipais, deve buscar conhecer mais e melhor o Partido, em todo o Estado. Para tanto, deve elaborar uma proposta de aplicação de um censo partidário, objetivando recolher dados e informações que propiciem chegarmos a um perfil do militante comunista e do partido norte-rio-grandense.

7. Os ativos por área, reunindo dirigentes políticos, secretários de organização e de agitação e propaganda, devem se tornar instrumentos de utilização mais freqüente na vida do Partido. Sua convocação tem em vista ampliar o processo de elaboração coletiva e aperfeiçoar acompanhamento e controle da execução de planos, bem como trocar experiências sobre o trabalho em desenvolvimento.

INFRA-ESTRUTURA E FINANÇAS

Tradicionalmente, as tarefas relacionadas com a articulação de finanças e infra-estrutura ficavam sob responsabilidade da Secretaria de Organização. Por isso, visando reduzir a multiplicidade de tarefas e responsabilidades nesta Secretaria, a Conferência Extraordinária de 1995 deliberou pela criação de uma nova Pasta, no âmbito do Secretariado do Comitê Estadual. Com o desmembramento de atribuições, a Secretaria de Organização poderia concentrar sua atividade em torno das questões relacionadas com a construção partidária.

Já a Secretaria de Finanças, além de responsabilizar-se pela infra-estrutura de eventos, pelo patrimônio partidário e pelo controle e aplicação dos recursos provenientes das contribuições financeiras, ordinárias e extraordinárias, seria encarregada de coordenar um plano para o setor e avançar no sentido da estruturação de empreendimentos que assegurassem recursos extraordinários.

AVALIAÇÃO

1. A decisão de desmembrar a secretaria estadual de organização, retirando dela as atribuições relativas à infra-estrutura e finanças, pode ser considerada uma experiência positiva. Nomeando um responsável para atender exclusivamente às demandas do setor, o trabalho ganhou em agilidade e eficiência.

2. O diagnóstico de nossas finanças, proveniente de um controle realizado de modo mais efetivo, identifica a arrecadação como o principal ponto de estrangulamento. Ao longo do período 1995/97, ficou patente o atrelamento das finanças partidárias às contribuições extraordinárias, provenientes dos mandatos ou de nossa participação político-institucional.

3. Tal situação, demonstra que a compreensão da militância sobre a importância de nossa independência material e financeira ainda é bastante limitada. Em parte, o fato de poucos organismos e militantes contribuírem com regularidade ao Partido, reflete a inexistência de direções estáveis, em nível intermediário e de base.

4. A inexistência de direções estáveis também compromete a aplicação de planos de trabalho para o setor. Por essa razão, embora tenhamos avançado com a decisão de desmembramento das secretarias,

a ação do responsável pelas finanças ainda se encontra limitada a de um mero arrecadador/ gerenciador de carências.

DIRETRIZES PARA A POLÍTICA DE FINANÇAS

1. Cabe aos secretários e responsáveis pela organização, eleitos nas assembléias de base e conferências municipais, apoiar a ação do responsável regional por finanças e infra-estrutura, ajudando-o na elaboração de planos, estimulando o incremento da arrecadação e, sobretudo, contribuindo para o alargamento da discussão sobre o tema junto à militância, amigos e simpatizantes.

2. No período imediatamente posterior a realização desta Conferência Extraordinária, deveremos reunir um fórum aglutinador dos secretários de organização para elaborar, conjuntamente, uma proposta de política de finanças.

3. Entre os pontos a serem discutidos, com vistas a formulação dessa política, devem constar: sistema nacional de arrecadação financeira / orçamento participativo / arrecadação extraordinária / política de captação e investimentos / subsídios / empreendimentos / prestação regular de contas.

AGITAÇÃO E PROPAGANDA

Na área de agitação e propaganda, a Conferência Extraordinária de 1995 definiu cinco diretrizes básicas de trabalho, que deveriam nortear o encaminhamento das ações para o setor:

- a) perseguir melhores condições de infra-estrutura;
- b) incrementar a vendagem das publicações nacionais, com maior agilidade em sua distribuição e cobrança;
- c) assegurar presença mais efetiva de opiniões partidárias na mídia;
- d) garantir periodicidade fixa para as publicações locais; e,
- e) intensificar a propaganda do socialismo, promovendo eventos nas datas mais significativas do movimento comunista e de massas.

AVALIAÇÃO

1. As diretrizes aprovadas na última Conferência Extraordinária demonstram que as tarefas da Secretaria, cada vez mais, devem ser encaradas como um sistema. Além de atividades inerentes a uma assessoria de imprensa, o partido já apresenta demandas na área editorial e gráfica, de relações públicas, de promoção de eventos, sem falar que, em perspectiva, já se visualizam necessidades de abordagem em outras mídias, tais como: TV, rádio e Internet.

2. A forma encontrada para dar resposta à essas carências, que além de domínio da técnica, exige infra-estrutura adequada, revelou-se essencialmente correta. Também permitiu a centralização das diferentes etapas de elaboração e produção de materiais partidários e de algumas entidades de massa sob nossa influência, o que significa maior possibilidade de lhes assegurar uma linha política unitária.

3. Apesar de conquistarmos avanços no que diz respeito a construção de uma infra-estrutura para atender adequadamente às demandas do setor, continuamos enfrentando alguns importantes problemas. Não existe uma Comissão Regional de Agitação e Propaganda estruturada, nem há sistematização coletiva do trabalho.

4. Nesses três últimos anos, o boletim "Por dentro do PCdoB", órgão de divulgação da Comissão Política Estadual, circulou com grandes dificuldades. Em média, apenas uma edição a cada quatro ou cinco meses.

Durante a campanha eleitoral, período em que o "Por dentro.." foi suspenso, registre-se que tiramos 4 edições do "Boletim da Rede da Cidadania".

5. As dificuldades financeiras que impedem a manutenção de uma periodicidade regular aos materiais locais, refletem, em última instância, incompreensão política. Rebaixar a possibilidade de se comunicar, tanto interna quanto externamente, é o mesmo que reduzir deliberadamente as possibilidades de encontrar soluções para os nossos problemas.

6. Para que se tenha uma idéia mais precisa das dificuldades enfrentadas, basta dizer que durante o ano de 1997, o Partido despendeu, em média, apenas 200 reais mensais, para atender a todas as suas necessidades na área de comunicação, computando-se ainda as demandas provenientes dos mandatos de Jamilson e de Juliano.

7. Já com relação ao trabalho com as publicações nacionais, basicamente concentrado na distribuição, gerenciamento e venda do Jornal "A Classe Operária", da Revista "Princípios" e de cerca de 25 títulos publicados ou oferecidos pela Editora Anita, tivemos uma trajetória claramente descendente. E, isso, justamente num momento em que cresce a importância da luta de idéias.

8. À título de exemplo, a vendagem da revista "Princípios", que sempre foi referência positiva desse nosso trabalho, tem sofrido sucessivas baixas. Em 1995, a cota estadual da revista era de 250 exemplares. Pouco tempo depois, caiu para 150 e, mais recentemente, para apenas 120 exemplares. Hoje, mesmo esta cota, extremamente tímida, sofre uma "bóia" que tem oscilado em torno de 30%.

9. O declínio da vendagem militante reflete fatores diversos. Entre os principais, constatamos o rebaixamento da discussão político-ideológica, como causa e consequência das debilidades no funcionamento dos organismos partidários. Destaca-se, ainda, a inexistência de secretários ou responsáveis pelo setor na quase totalidade dos organismos partidários.

DIRETRIZES

1. Sem estruturarmos uma ampla rede de AG&P's, não corrigiremos os principais problemas, nem conseguiremos fazer nosso trabalho avançar. A eleição de secretários de AG&P, ou a indicação de responsáveis por algumas tarefas da área de comunicação, em todos os organismos partidários, é pré-condição importante para o atendimento de inúmeras

demandas e tem, entre outras, a finalidade mais abrangente de apoiar a ação desenvolvida pela secretaria estadual.

2. Para que seja assegurada a regularidade na periodicidade do Boletim "Por dentro do PCdoB", assim como das demais publicações consideradas prioritárias pelo Partido, o Comitê Estadual, por intermédio do responsável de Finanças, deverá assegurar um repasse periódico de recursos, equivalente às necessidades de custeio desses instrumentos.

3. No período imediatamente posterior à realização da Conferência Extraordinária, um fórum reunindo os secretários de agitação e propaganda, conjuntamente com a secretaria estadual, deverá elaborar uma proposta de plano de trabalho, que contemple, entre outros, os seguintes itens:

- a) Comunicação em âmbito interno (com os organismos e militantes);
- b) Comunicação externa (do Partido e dos mandatos, com a Rede da Cidadania e com a sociedade em geral);
- c) Avaliação crítica dos materiais nacionais;
- d) Gerenciamento, distribuição e controle de materiais;
- e) Formação de quadros;
- f) Promoção de eventos.

OBJETIVOS

Os objetivos da Comissão Política e do Comitê Estadual devem ser definidos quando os primeiros responsáveis pela execução de suas

FORMAÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA

No terreno da formação político-ideológica, a Conferência Extraordinária de 1995 chamou a atenção para a necessidade de criação de condições infra-estruturais, como importante premissa para a implementação sistemática e permanente das tarefas no setor. Para tanto, os principais instrumentos relacionados foram a indicação de um responsável, em âmbito regional, pela organização desse trabalho; a organização de um Instituto de Estudos Políticos e Sociais e a montagem de uma Biblioteca Regional.

Ainda de acordo com o entendimento manifestado pelos delegados presentes à Conferência Extraordinária de 1995, o conteúdo da atividade de Formação Política e Ideológica, a ser implementada, deveria privilegiar o atendimento de carências existentes nos núcleos dirigentes partidários, em seus diferentes níveis, como forma de ajudá-los a consolidar seu funcionamento.

AVALIAÇÃO

1. Na frente de Formação, o trabalho desenvolvido nesses últimos dois anos registra saldo positivo. Ainda que aquém de nossas necessidades, foram organizados, em maior número, ciclos de debates, palestras e seminários, não apenas na capital, mas também - e pela primeira vez, em alguns pólos partidários do interior do Estado.

2. Ao constatarmos avanços nas características extensivas do trabalho de Formação - em grande parte viabilizados pela importante constituição de uma Comissão de Trabalho - também registramos deficiências em seu direcionamento, sobretudo, quanto a organização de atividades voltadas à consolidação dos núcleos dirigentes e à incorporação de novos militantes à estrutura partidária.

3. Duas grandes dificuldades apresentaram-se ao longo desse período: a) incompreensões, no âmbito da Comissão Política Estadual, referentes ao entendimento de seu papel como formadora política e ideológica, e; b) escassez de recursos.

DIRETRIZES

1. Os membros da Comissão Política e do Comitê Estadual devem compreender que são os principais responsáveis pela formação político-

ideológica dos militantes. Os membros da Comissão de Formação, embora possam participar diretamente dessas atividades, em verdade, são os principais responsáveis por seu *planejamento e organização*.

2. Dentro de sua programação financeira mensal, o Comitê Estadual deve assegurar com que uma parte dos recursos arrecadados seja destinado à manutenção regular das atividades de Formação. Nessa área, empregar recursos não é gasto. É investimento!

3. A experiência de implantação e a evolução do trabalho realizado pelo Instituto Pro-Marx, ao longo de 1996 e 1997, requerem uma análise mais detida pelos camaradas que dele participam. Embora não seja uma organização partidária, a instituição foi criada com ampla participação dos comunistas e poderia desempenhar um papel mais próximo das necessidades partidárias.

4. No planejamento e na organização do trabalho para o período vindouro, além das palestras, debates e seminários, de caráter amplo, devemos apreciar a possibilidade de:

- a) Manutenção de um curso periódico destinado aos novos militantes;
- b) Organização de cursos para direções intermediárias, realizados nos pólos, e com as direções de base, em Natal;
- c) Estruturação de grupos de estudo, no âmbito do Comitê Estadual, sobre aspectos da realidade econômica, política e social do RN.;
- d) Organização de uma Biblioteca Regional.

DIRETRIZES

1. Os membros da Comissão Política e do Comitê Estadual devem compreender que são os principais responsáveis pela formação político-

O TRABALHO NO MOVIMENTO SINDICAL

Entre as diretrizes aprovadas na Conferência Extraordinária de 1995, relacionadas com o trabalho partidário no movimento de massas, nossa atuação na frente sindical recebeu a indicação de prioridade UM.

AVALIAÇÃO

1. No período, atuando num quadro de defensiva caracterizado pela luta de resistência contra o neoliberalismo, os militantes comunistas obtiveram alguns êxitos importantes, ampliando sua influência e prestígio político no movimento sindical do Estado. Prova disso, foi o crescimento do número de categorias de trabalhadores onde os comunistas passaram a ocupar postos de direção em entidades representativas. Isso, certamente, como reconhecimento à justeza de suas idéias e à coerência de sua prática política.

2. Avanços na organização e funcionamento da Corrente Sindical Classista, que conseguiu viabilizar a promoção de três encontros estaduais e assegurar participação de representação local no Congresso (jan/96) e na Conferência Nacional (mar/97), foram decisivos para que esses resultados positivos ocorressem.

3. Ainda que a nossa presença no movimento sindical norte-riograndense tenha se ampliado, a participação na direção estadual da CUT vem deixando muito a desejar. É antiga a subestimação, ficando, a nossa presença e intervenção nessa entidade, restrita aos camaradas que ocupam cargos em sua Direção Central.

4. O combate ao corporativismo, mesmo em segmentos de trabalhadores onde os comunistas exercem maior influência, ainda é bastante insatisfatório. Além do baixo nível de politização das massas trabalhadoras, as entidades dirigidas por militantes comunistas pouco desenvolvem iniciativas de caráter inter-sindical. Assim, contribuem para a permanência de graves limitações no horizonte político visualizado pelo movimento.

5. A inexistência de um Plano de Implantação nas principais categorias de trabalhadores de nosso Estado tem contribuído para o retardamento do crescimento de nossa influência no movimento sindical. Em geral, nossa participação em campanhas sindicais articuladas sem

prévio planejamento tem resultado em derrotas que se impuseram antes mesmo da realização das eleições.

6. A acumulação de atribuições e responsabilidades por camaradas que, muitas vezes, participam da Comissão Sindical, da coordenação da CSC e em direções de entidades de massa, tem emperrado a aplicação de planos de trabalho e causado grande irregularidade no acompanhamento e assistência às organizações partidárias.

DIRETRIZES

1. A Secretaria Sindical do Comitê Estadual deverá ser ocupada por um camarada que possa se dedicar exclusivamente a essa tarefa;

2. Os camaradas que integrarem a Coordenação Estadual da CSC deverão participar regularmente dos fóruns da CUT, ainda que não pertençam aos quadros de direção da Central;

3. A Comissão Sindical Estadual deverá ser reconstituída com brevidade; além do Secretário Sindical Estadual, devem integrá-la o dirigente da fração comunista na Executiva da CUT; o responsável pelo trabalho da CSC; o responsável pelo trabalho junto ao movimento sindical rural; e um responsável por Finanças.

4. Após a conclusão da Conferência Extraordinária, a Comissão Sindical deverá elaborar e remeter um documento ao Comitê Estadual, contendo:

- a) um calendário com as datas relativas às principais eleições sindicais (sindicalismo urbano e rural), com realização prevista até fevereiro de 1999;
- b) um diagnóstico da correlação de forças políticas existente nas categorias que realizarão eleições sindicais, com destaque para a situação do Partido/CSC;
- c) um calendário contendo os principais eventos do movimento sindical, com previsão de realização até fevereiro de 1999 (Congressos; Conferências; Encontros; Campanhas; etc.)
- d) uma proposta de plano de formação e finanças.

O TRABALHO COM AS QUESTÕES DE GÊNERO

Na Conferência Extraordinária de 1995, entre as principais resoluções aprovadas, apenas duas diziam respeito ao trabalho com a Frente de Mulheres:

- a) Assegurar condições de difusão da concepção emancipacionista nas fileiras partidárias;
- b) Desenvolver ações políticas que contribuam no sentido da reorganização da União de Mulheres de Natal.

AVALIAÇÃO

1. Na história mais recente do PCdoB norte-rio-grandense, tem sido grande a subestimação da importância do trabalho com as questões de gênero. A inexistência de responsáveis por essa frente específica de atuação, no âmbito da Comissão Política, ou mesmo no pleno do Comitê Estadual, reflete enorme incompreensão quanto ao papel das mulheres na luta pelo socialismo.

2. A carência de discussão político-ideológica, aliada ao espírito corporativista e ao machismo – desvios dos quais os comunistas não estão imunes – são os principais fatores que têm contribuído para alimentar uma visão equivocada sobre a luta emancipacionista nas fileiras partidárias.

3. Do ponto de vista ideológico, mesmo entre camaradas que mantêm a Frente de Mulheres como seu principal campo de atuação, ainda persistem distorções na compreensão e difusão da linha emancipacionista. Um exemplo é o exagerado peso dedicado ao tratamento das questões específicas, em detrimento do encaminhamento das lutas políticas mais gerais.

4. Na ação desenvolvida, constata-se, ainda, certa lentidão no processo de inversão da tendência que privilegia nossa participação em fóruns e instâncias de caráter institucional, em detrimento do esforço de construção de organizações que englobem as massas femininas.

DIRETRIZES

1. Logo após a realização da Conferência Extraordinária, o Comitê Estadual do PCdoB deverá indicar, dentre seus membros, uma responsável pela Frente de Mulheres no RN;

2. A Comissão Estadual de Mulheres, responsável por subsidiar a elaboração de proposições políticas ao Comitê Estadual, bem como pelo acompanhamento de sua aplicação pela estrutura partidária, deverá ser integrada pela responsável em âmbito estadual; por camaradas destacadas pelos municipais de Mossoró e de Caicó; e por duas integrantes da fração comunista na diretoria da UMNa;

3. A Comissão Política Estadual deverá definir uma sistemática regular de trabalho conjunto com a camarada responsável, tendo em vista assegurar a elaboração de planejamentos específicos e acompanhar a implementação da orientação política aprovada.

4. No período imediato, a direção principal dos esforços a serem empreendidos pelo Comitê Estadual, nessa frente de atuação, deverá perseguir:

- a) A ampliação da discussão sobre a concepção emancipacionista nas instâncias dirigentes e nos organismos partidários;
- b) A retomada da vendagem coletiva da Revista “Presença da Mulher” e a discussão do conteúdo de seus principais artigos, nos organismos partidários;
- c) A reorganização das Diretorias das entidades emancipacionistas existentes no RN, buscando conferir-lhes uma crescente base de massas.

A FRENTE DE JUVENTUDE

Em março de 1995, quando foi realizada a Conferência Regional Extraordinária de Organização, a presença partidária nos movimentos de juventude, em todo o Estado, era considerada relativamente promissora.

Na capital, dirigíamos boa parte dos Grêmios das maiores escolas secundaristas - principalmente as públicas - embora ainda não contássemos com presença na Diretoria da UMES. Também tínhamos participação no DCE da universidade federal e mantínhamos boas relações com o DCE da universidade particular. Já, no interior do Estado, éramos a força política organizada de maior presença nos municípios.

Com essa avaliação, a Conferência Extraordinária de 95 decidiu impulsionar o trabalho com o segmento, dando-lhe a condição de segunda prioridade partidária em termos de implantação. Para tanto, indicou a necessidade de desenvolvermos esforços com vistas a apoiar, em nível estadual, a reestruturação da União da Juventude Socialista - UJS.

AVALIAÇÃO

1. Entre 1995 e 1998, a presença partidária nos movimentos de juventude experimentou duas fases distintas. A primeira, atravessando o período entre junho de 95 e junho de 97, foi marcada pela ascensão. Propiciou a ampliação de nossa presença nas entidades gerais do movimento estudantil, tanto secundarista, quanto universitário, como também um melhor funcionamento da União da Juventude Socialista. Já, a segunda - mais recente - tem sido caracterizada pela estagnação política e pela dispersão da militância.

2. Na primeira fase, os esforços relativamente vitoriosos empreendidos nas disputas políticas pela direção da UMES e pela reorganização da APES, sob uma ampla política de alianças, puderam somar-se a um ingresso, em maior número, de jovens comunistas no ensino superior. Juntos, esses e outros fatores contribuíram para o alargamento de nossa influência em tais segmentos.

3. No período mais recente, entretanto, surgiram problemas novos. Em boa parte, decorrentes da situação conquistada na fase precedente. O novo quadro exigia um acompanhamento sistemático. Sobretudo, uma presença mais efetiva da direção partidária, com a finalidade de minimizar a ocorrência de erros, combater desvios na prática política e sistematizar, coletivamente, a experiência acumulada.

4. A Comissão Política, contudo, afastou-se progressivamente de suas tarefas relacionadas com essa frente específica de atuação. Em seu conjunto, não conseguiu assimilar o papel e a importância do “Projeto UJS”. Individualmente, nenhum de seus membros foi responsabilizado pelo acompanhamento do segmento.

5. Sem desfrutar de quadros amadurecidos e sem o devido acompanhamento partidário, a frente de juventude findou submetida a uma direção inexperiente, que repetiu equívocos e findou incorporando sérios desvios. As sementes de incompreensão quanto à linha política a ser implementada, entretanto, já eram reconhecidas na Conferência de 95: “a UJS é um enigma político e um paralelismo em matéria de organização...”, dizia o documento-tese.

6. Na atualidade, permanece confusa a relação dos jovens militantes do Partido com aquela organização: a UJS é uma frente ampla supra-partidária? É uma nova instância partidária ou é uma organização independente, que deve ser dirigida politicamente pelo Partido?

DIRETRIZES

1. O Comitê Estadual deve destacar, dentre seus membros, um responsável pelo trabalho partidário na área juvenil. Esse camarada deve ajudar, principalmente, no trabalho de formação político-ideológica e na sistematização de experiência, particularmente entre os jovens que exercerem papel dirigente.

2. O Comitê Estadual deve alargar e aprofundar a discussão sobre a política partidária para a juventude. A fração comunista na direção da UJS deverá ficar diretamente ligada à Comissão Política Estadual.

3. A formação dos jovens quadros deve constituir uma das prioridades do trabalho da Secretaria de Formação. Em sentido imediato, essa tarefa se relaciona com a necessidade de consolidarmos um núcleo dirigente estadual, evitando-se o remanejamento apressado desses camaradas para outras frentes de atuação partidária.

4. Os jovens comunistas, secundaristas ou universitários, devem contribuir para que a UJS tenha vida própria, adquirindo um perfil de organização de massas. Entre as tarefas centrais, precisam buscar estruturar material e financeiramente essa Entidade. Uma organização que se quer ampla e autônoma tem que criar condições efetivas de auto-sustentação.

5. Os ativos estaduais, reunindo os jovens dirigentes, sob acompanhamento direto da Comissão Política, devem se tornar instrumentos de uso mais freqüente. Dada a necessidade de sistematização e troca de experiência, ao menos, duas vezes por ano.

6. O programa "Rede Cidadã" deverá ser desenvolvido em uma perspectiva planejada, implementada e avaliada, com o objetivo de estabelecer uma relação permanente com a sociedade civil, visando à participação política dos cidadãos em assuntos de interesse público, bem como à difusão e defesa da legislação parlayamentar, em conexão com seus comitês.

7. Em outras palavras, a continuidade e o desenvolvimento, nas eleições de 1996, comprometia-se com a seguinte agenda:

1) Organização Comitês:

1.1) Criar o sistema de trabalho da REDE DA CIDADANIA, permanentemente informado sobre as atividades da Campanha;

1.2) Manter aberta uma linha direta com o REDE CIDADÃO, com a finalidade de ascoltare suas opiniões, sugestões, críticas e acolher denúncias;

2) Apoio à Campanha:

2.1) Realizar sessões das ações parlamentares, permanentemente;

2.2) Criar canais capazes de viabilizar a participação do REDE CIDADÃO no mandato, incluindo, inclusive, a apresentação de críticas sobre a atuação e sugerir o conteúdo de proposições, requerimentos e projetos;

3) Atuação político-ideológica para a elaboração do programa político emanado de conceitos fundamentais difundidos nas bases do Partido, durante a concepção do mandato eleitoralista. Também baseou-se no perfil que essa concepção dava o setor natalense, especialmente daqueles mais vinculados às quadras da esquerda, que constituíram o polo ideológico da candidatura.

4) O trabalho político-partidário em outras premissas:

4.1) O mandato não pertence apenas ao parlamentar, ou ao partido, mas sim ao povo;

4.2) O mandato comunista é representação popular;

SOBRE A REDE DA CIDADANIA

INTRODUÇÃO

Originalmente, a “Rede da Cidadania” resultou de uma ação previamente planejada, implementada de forma consciente, ampla e organizada pela militância partidária. Sua finalidade consistiu na apresentação e oferecimento de uma candidatura de vereador, cujo mandato comprometia-se com um diferencial capaz de torná-lo mais atrativo em relação aos seus concorrentes.

Em outras palavras, a candidatura apresentada pelo PCdoB, nas eleições de 1996, comprometia-se com a seguinte conduta:

a) Durante a campanha:

- Manter o eleitor, integrante da REDE DA CIDADANIA, permanentemente informado sobre as atividades da Campanha;
- Manter aberta uma linha direta com o REDE-CIDADÃO, com a finalidade de auscultar suas opiniões, sugestões, críticas e acolher denúncias.

b) Após a Campanha:

- Prestar contas das ações parlamentares, periodicamente;
- Criar canais capazes de viabilizar a participação do REDE-CIDADÃO no mandato, facultando-lhe apresentar suas críticas sobre a atuação e sugerir o conteúdo de pronunciamentos, requerimentos e projetos;

A inspiração político-ideológica para a elaboração dessa proposição emanou de conceitos largamente difundidos nas fileiras do Partido, quanto a concepção de mandato comunista. Também baseou-se no perfil que então caracterizava o eleitor natalense, especialmente daquele mais sensível às candidaturas de esquerda, que constituíam o público-alvo da candidatura.

Nesse sentido, partimos das seguintes premissas:

- 1. O mandato não pertence apenas ao parlamentar, ou ao partido pelo qual se elegeu;**
- 2. Mandato comunista é representação popular;**

3. O eleitor quer se manter informado sobre as atividades realizadas pelo parlamentar, mas também quer ter a possibilidade de participar: opinando, criticando, sugerindo, interferindo nas realizações do mandato;

4. A participação do eleitor, durante a campanha e no decorrer do mandato, interessa vivamente ao Partido;

5. O Partido, por sua trajetória de lutas, é uma garantia de que esse compromisso será plenamente concretizado.

SITUAÇÃO ATUAL

A Campanha Eleitoral de 1996, em Natal, produziu a adesão de aproximadamente 150 militantes de voto (integrantes de núcleo), e de 4.500 eleitores, todos cadastrados junto a REDE da CIDADANIA. Esse universo, sem dúvida, contribuiu em grande medida para o alcance dos 4.220 votos obtidos pela candidatura, no pleito de 3 de outubro.

Hoje, a REDE é integrada por aproximadamente 4 mil e 700 cidadãos. Durante o ano de 1997, o trabalho com seus integrantes foi amplamente subestimado. Negligenciado. Tanto pelo mandato parlamentar, quanto pela Direção do Partido.

No período citado, o trabalho se limitou ao envio de duas correspondências: um Boletim, com uma primeira prestação de contas da atividade parlamentar; e um cartão de "Boas Festas", ao apagar das luzes de 1997.

Empiricamente, entre os integrantes da REDE, não é difícil constatar-se a existência de um sentimento de frustração, uma decepção que tende a crescer, e que pode se transformar em clara rejeição.

Nada a estranhar. A idéia central, trabalhada durante a campanha eleitoral, acenava com a garantia de que seriam criados canais que viabilizassem a participação do eleitor. E, isto, não ocorreu durante o primeiro ano do mandato.

AVALIAÇÃO

A falta de continuidade no trabalho iniciado durante a Campanha tem diferentes causas. As principais: político-ideológicas e financeiras. No terreno das finanças é certo que o Partido teve – e ainda tem – que saldar compromissos decorrentes de sua participação naquele pleito. Esses débitos, que se estenderam por todo o ano de 1997, somaram-se aos gastos extraordinários assumidos com a organização e realização do 9º Congresso.

A principal causa do erro, contudo, tem outra natureza. Resulta de uma profunda incompreensão acerca do significado e das potencialidades da REDE.

Estrategicamente, esse valioso instrumento representa uma articulação permanente de cidadãos simpáticos às idéias do PCdoB. Uma reserva, capaz de fornecer respaldo e conferir prestígio às nossas ações políticas, seja no âmbito legislativo-parlamentar, partidário ou mesmo em algumas frentes de massas.

Tal potencialidade, pode ser comprovada ainda no transcurso da campanha eleitoral. O crescimento do número de manifestações espontâneas de eleitores – atestado em pesquisas - que declaravam ter, no PCdoB, o Partido de sua preferência, não foi obra de simples acaso.

Outros fatores que também contribuíram para o negligenciamento do trabalho com a REDE foram o prolongado processo de escolha da nova Direção Estadual do Partido e a inexistência, por largo período, de um Plano de Trabalho Coletivo, no âmbito do Comitê Estadual.

DIRETRIZES

1. Mobilizar a militância partidária para realizar uma pesquisa, com o propósito de traçar um perfil qualitativo dos integrantes da REDE;
2. Realizar um seminário, no âmbito do Partido, com a finalidade de discutir as potencialidades políticas e organizativas da REDE da CIDADANIA;
3. Elaborar um Plano de estadualização da REDE;
4. Orientar as atividades do mandato parlamentar de Natal, tendo em vista resgatar os compromissos assumidos com os integrantes da REDE;
5. Reativar a comunicação regular com os integrantes da REDE, garantindo, a essa atividade, os recursos mínimos necessários;
6. Organizar o I Encontro Municipal da Rede da Cidadania.

NOTAS SOBRE A REALIDADE ECONÔMICA E SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Manipulando dados estatísticos, exagerando o alcance de medidas superficiais e paliativas, fazendo investimentos milionários em propaganda enganosa, o governo Garibaldi Alves Filho tenta vender a imagem do Rio Grande do Norte como uma futura ilha de prosperidade.

Futura? Sim. Porque a "prosperidade" - dizem eles - só poderá se concretizar em definitivo, se a reeleição do governador for garantida... Um olhar mais atento para a nossa realidade econômico-social, entretanto, é suficiente para desmascarar o RN vendido na grande mídia.

1. Hoje, o Estado conta com uma população de aproximadamente 2,6 milhões de habitantes, sendo que, 75% destes, residem na área urbana. A economia apresenta um alto índice de desemprego (47,5% da PEA) e é fortemente orientada para a exportação. Os investimentos produtivos, concentrados em alguns poucos pólos geográficos, relegam a maioria das regiões ao abandono, condenando enorme população ao retrocesso econômico e social.

2. No setor primário, a economia ainda apresenta reflexos de nossa herança colonial. O Censo Agropecuário do RN-96, realizado pelo IBGE, destaca que a estrutura de distribuição de estabelecimentos agropecuários encontra-se fortemente concentrada: 92,7% dos estabelecimentos possuem menos de 100 ha e ocupam 27% da área, enquanto 7,3% restantes - estabelecimentos que ocupam mais de 100 ha, ocupam 73%.

3. O Censo também registra a forte retração no segmento de lavouras, com a redução de 440 mil ha da área, nos últimos dez anos. Essa regressão, consubstanciada no período de 85/95, caracterizou-se, ainda, por baixos índices de produtividade, ficando, estes, muito abaixo da média nacional. Por essas razões, conclui o Censo: "...predomina no Rio Grande do Norte uma agricultura rudimentar...".

4. Nossa agricultura ainda se caracteriza pela não mecanização (apenas 6% dos estabelecimentos usam tratores); pelo pouco uso de fertilizantes e controle de pragas (apenas 18,4% dos estabelecimentos); pelo escasso uso de água e de energia (apenas 6,7% usam técnicas de irrigação e 34% estavam ligados a alguma fonte de energia).

5. O caráter mais perverso do tipo de agricultura que predomina em nosso Estado reflete-se principalmente nos números referentes à quantidade de “desocupados” no setor: em torno de 100 mil trabalhadores rurais! Em sua maioria, esses concidadãos findam migrando para os centros urbanos e, principalmente, em direção da Capital.

6. O setor industrial – em que pese a propaganda anunciadora de um novo “tigre”, em pleno nordeste, – segue o velho caminho dependente, concentrador e elitista, que predominou ao longo de nossa história recente. A novidade do atual processo de crescimento refere-se apenas ao fato de ser o Estado – e não mais a União – o principal fomentador de capitais.

7. Tal fenômeno só tem sido possível mediante a implementação de uma política irresponsável e criminoso: a concessão de generosos incentivos fiscais e subsídios, tomando o Estado, a médio prazo, financeiramente inviável. Buscando atrair empreendimentos, o governo concede isenções de ICMS por largos períodos, carência e juros abaixo do mercado.

8. Enquanto esses empreendimentos aportam em busca de mão-de-obra barata e isenção fiscal, alguns segmentos industriais tradicionalmente estabelecidos no Estado têm enfrentado contradições, em decorrência da implementação do modelo neoliberal. As crises que atingiram o parque têxtil, a indústria salineira e a que atualmente grassa na construção civil, são exemplares.

9. Face ao caráter oligopolizado da economia neoliberal – onde os grandes grupos econômicos passam a atuar em setores antes pulverizados entre empresas familiares – a conquista de espaços pelas pequenas e micro empresas tornou-se cada vez mais difícil. Hoje, entre as pessoas que procuram o SEBRAE para abrir uma pequena ou micro empresa, 90% sucumbe em menos de um ano. E este tipo de empreendimento é o sustentáculo de nossa economia.

10. O Turismo – atividade que segundo o governo estadual é a nova redenção econômica do RN – segue a tendência de estabelecer-se apenas como “indústria”, limitando-se às regiões litorâneas, próximas à capital. Os investimentos no setor se dão numa perspectiva de turismo padronizado de massa, direcionado a uma clientela que vem ao Estado para descansar por curtos períodos, em grandes hotéis, restringindo, assim, a prestação de serviços baratos.

11. Dificultando ou mesmo impedindo o desenvolvimento de pequenas

empresas voltadas para outros tipos de turismo, como o ecológico ou cultural, que geralmente propiciam ao investimento um retorno mais rápido e mais bem distribuído, essa política reforça a concentração de renda.

12. Considerando a política em vigor e a concentração de riqueza existente, tanto em termos sociais, quanto geográficos, a tendência que se anuncia é a do agravamento da insuficiência da infra-estrutura das cidades de pequeno e médio porte, particularmente com relação à condições de urbanização, oferecimento de serviços públicos e empregos.


13. O aumento da pobreza relativa da população diminui a capacidade de arrecadação do município, tornando-o ainda mais dependente dos recursos repassados pelos governos federal e estadual.

14. Sendo o ICMS a principal fonte de recursos dos municípios, a renúncia fiscal promovida pelo governo estadual os reduzirá ainda mais, ou, pelo menos, os novos investimentos não irão beneficiar – sequer indiretamente, via crescimento da arrecadação estadual – aqueles que estiverem fora das “ilhas” de crescimento.

15. Na esfera social, a política imposta ao Rio Grande do Norte pelo governo Garibaldi Filho e pelas elites empresariais também revela as contradições existentes entre a “Ilha de Prosperidade” e o RN real. A esperança de vida do norte-rio-grandense é de apenas 58,6 anos. A taxa de indigência: 43%.

16. Em pesquisa realizada pela UFRN, em 45 mil crianças de até cinco anos, em 50 municípios, constatou-se um percentual de 42% de desnutridos. A taxa de analfabetismo alcança 36,32% da população de 15 anos ou mais. A mortalidade infantil acusa 88 óbitos em cada mil nascidos vivos. O abastecimento d'água atinge a apenas 51,4% da população, e somente 12% dos domicílios estão ligados à rede de esgotos e 24% à fossas sépticas.

17. De acordo com o Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil – 1996 (PNDU/PEA), se o Rio Grande do Norte fosse pensado como um país, seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estaria no mesmo nível de países como Honduras e Marrocos, ocupando, no “ranking” dos 131 países para os quais este Índice foi calculado, a 117ª posição. O IDH do RN classifica-o na 21ª posição entre os Estados brasileiros, e na quarta, entre os nordestinos. (Plano de Desenvolvimento Sustentado do RN, SEPLAN/IDEC, p.16).

The background of the entire page is a repeating pattern of the hammer and sickle symbol, a common emblem of the Communist Party of Brazil (PCdoB). The symbols are rendered in a light, golden-brown color against a dark, textured grey background. The pattern is dense and covers the entire area above the text box.

SEDE REGIONAL DO PCdoB-RN
Rua Vaz Gondim, 86 - 1º andar
Cidade Alta - Natal/RN